TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

DISCRIMINAÇÃO DAS RUBRICAS UTILIZADAS NA FOLHA DE PAGAMENTO

Relatório publicado em cumprimento ao disposto na Resolução CNJ nº 215/2015, Art. 6º, inciso VII, alínea c, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 273/2018

Código	Rubrica	Fundamentação Legal
	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003	ART. 40, § 19 DA CF DE 1998 E EC № 41 DE 19.12.2003
	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003 - GN (13°)	ART. 40, § 19 DA CF DE 1998 E EC Nº 41 DE 19.12.2003
	ABONO DE PERMANÊNCIA - EC 41/2003 - MAGISTRADO	ART. 40, § 19 DA CF DE 1998 E EC Nº 41 DE 19.12.2003
	ABONO PECUNIÁRIO - MAGISTRADO	ART. 17 DA RESOLUÇÃO CSJT № 253, DE 22.12.2019
	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	ART. 68 DA LEI № 8.112/1990
0000195	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	ART. 68 DA LEI Nº 8.112/1990
0000030	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	ART. 14 DA LEI Nº 11.416/2006
0005060	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - INATIVO	ART. 14 DA LEI Nº 11.416/2006
0005065	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - PROVISÓRIO	ART. 14 DA LEI № 11.416/2006
0000035	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TREINAMENTO	ART. 14 DA LEI Nº 11.416/2006
0000020	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	ART. 61 DA LEI Nº 8.112/1990
0006506	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTA - INATIVO	ART. 61 DA LEI Nº 8.112/1990
1646585	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CLASSISTAS ADI 5179/DF	ART. 61 DA LEI Nº 8.112/1990
0005040	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - INATIVO	ART. 61 DA LEI Nº 8.112/1990
0003077	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO	Processo CSJT-PP-6851- 59.2022.5.90.0000
0007077	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - INATIVO	Processo CSJT-PP-6851- 59.2022.5.90.0000
	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - PENSÃO CIVIL	Processo CSJT-PP-6851- 59.2022.5.90.0000
0007078	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - MAGISTRADO - PROVISÓRIO	Processo CSJT-PP-6851- 59.2022.5.90.0000
	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - PROVISÓRIO	ART. 61 DA LEI Nº 8.112/1990
	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XVII. LEI Nº 8.112/1990
0000145	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - INDENIZAÇÃO	RESOLUÇÃO CSJT № 162/2016
	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - MAGISTRADO	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XVII. LEI Nº 8.112/1990
	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS - RGPS	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XVII. LEI Nº 8.112/1990
0097020	AGEPOLJUS - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0097051	AMATRA - ANAMATRA - CÓNTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0097050	AMATRA - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0097061	ANAJUSTRA - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1697080	ANASTRA - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1600493	ASSEFAZ - AGREGADOS	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1697083	ASSEFAZ - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1600495	ASSEFAZ - COPARTICIPAÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1600492	ASSEFAZ - DEPENDENTES	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1600494	ASSEFAZ - DEPENDENTES IR	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1600491	ASSEFAZ - TITULAR	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0000740	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XXVII. ATO CONJ. TST/CSJT Nº 3/2013
0003740	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR - MAGISTRADO	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XXVII. ATO CONJ. TST/CSJT Nº 3/2013
	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR - RGPS	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XXVII. ATO CONJ. TST/CSJT Nº 3/2013
	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR ESPECIAL	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XXVII. ATO CONJ. TST/CSJT Nº 3/2013
	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR ESPECIAL - MAGISTRADO	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.7º INCISO XXVII. ATO CONJ. TST/CSJT Nº 3/2013
	ASSISTÊNCIA SAÚDE - AUX. SAÚDE - DEPENDENTES	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° Nº 169/2008
	ASSISTÊNCIA SAÚDE - AUX. SAÚDE - RGPS - DEPENDENTES	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° N° 169/2008
	p. 100.10.1.10.1.10.1.10.10.10.10.10.10.10.	[==================================

1601719 ASSISTÊNCIA SAÚDE - AUX. SAÚDE - RGPS - TITULAR	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° Nº 169/2008
1601717 ASSISTÊNCIA SAÚDE - AUX. SAÚDE - TITULAR	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° Nº 169/2008
0097066 ASSOC MAGISTR BRASILEIROS - AMB - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1697086 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESEMBARGADORES - A.N.D.E.S.	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1697081 ASSOJAF-CE - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1697084 ASTRA XVI - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
	,
0000211 ATRASOS INJUSTIFICADOS - CARGO EFETIVO 1600212 ATRASOS INJUSTIFICADOS - FC/CJ - RGPS	LEI N° 8.112/1990 LEI N° 8.112/1990
0000730 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	
	RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017 RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017
0000771 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO 0000772 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - DEVOLUÇÃO	RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017
0000772 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - DEVOLUÇÃO 0003736 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - MAGISTRADO	
	RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017
0003737 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - MAGISTRADO - DEVOLUÇÃO	RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017
0000773 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - RGPS	RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017
0000774 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO - RGPS - DEVOLUÇÃO	RESOLUÇÃO CS IT Nº 198/2017
0000775 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO DIFERENÇA - DEVOLUÇÃO 0000721 AUXÍLIO NATALIDADE	RESOLUÇÃO CSJT Nº 198/2017 ART. 196 DA LEI Nº 8.112/1990
0000751 AUXÍLIO-TRANSPORTE - ESTAGIÁRIO	LEI Nº 7.418/1985. DECRETO Nº 2.880/1998
0097204 BANCO DO BRASIL - EMPRÉSTIMOS 0097208 BANCO BRADESCO S.A	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0005070 BENEFÍCIO ESPECIAL - PROVISÓRIO	Lei nº 12.618/2012. Resolução STF nº 496/2012.
1697220 BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0000070 CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO - CJ	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
0005150 CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO C. EFETIVO - INATIVO	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
0000072 CARGO EM COMISSÃO CJ - INTEGRAL	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
0000080 CARGO EM COMISSÃO CJ - SERVIDOR SEM VÍNCULO	ART. 18 DA LEI № 11.416/2006
0097213 CEF - EMPRÉSTIMOS	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
0099500 CONTRIBUIÇÃO RGPS	ART. 20 DA LEI Nº 8.212/1991
0099504 CONTRIBUIÇÃO RPPS	LEI Nº 10.887/2004
0099506 CONTRIBUIÇÃO RPPS - GN (13°)	LEI Nº 10.887/2004
0099514 CONTRIBUIÇÃO RPPS - INATIVO	LEI Nº 10.887/2004
0099800 CONTRIBUIÇÃO RPPS - MUNICÍPIO	DESCONTO COMPULSÓRIO A INSTITUTOS PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA LEI Nº 10.887/2004
0099518 CONTRIBUIÇÃO RPPS - PENSÃO CIV.	
1697332 COOMAMP - CAPITALIZAÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1697331 COOMAMP - EMPRÉSTIMOS	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
1646569 DEC JUDICIAL REAJUSTE RGPS (CLASSISTAS INATIVOS)	DECISÃO JUDICIAL
1646568 DEC JUDICIAL REAJUSTE 11,98% (CLASSISTAS INATIVOS)	DECISÃO JUDICIAL
1600402 DEVOLUÇÃO RENDIMENTOS TRIBUTÁVÉIS	LEI Nº 8.112/1990
0000790 ESTÁGIO	LEI Nº 11.788/2008. ATO GP Nº 11/2010
0000791 ESTÁGIO - RECESSO 1600230 FALTA INJUSTIFICADA - CARGO EFETIVO	LEI Nº 11.788/2008. ATO GP Nº 11/2010
	ART. 44 DA LEI Nº 8.112/1990
0000206 FALTAS INJUSTIFICADAS - FC - RGPS	ART. 44 DA LEI Nº 8.112/1990
1600173 FOLGAS INDENIZADAS - ATIVO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16ª Nº 258/2017
1600174 FOLGAS INDENIZADAS - INATIVO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° Nº 258/2017
0000060 FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - FC 0000065 FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - FC - CONTRIBUIÇÃO RGPS	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
0005140 FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - INATIVO	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
0099523 FUNPRESP-JUD - CAR INVALIDEZ	LEI Nº 12.618/2012. RESOLUÇÃO STF Nº 496/2012

0000525	FUNPRESP-JUD - CAR MORTE	LEI Nº 12.618/2012. RESOLUÇÃO STF Nº 496/2012
	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA	LEI Nº 12.618/2012. RESOLUÇÃO STF Nº 496/2012
	FUNPRESP-JUD - CONTRIBUIÇÃO PATROCINADA	LEI Nº 12.618/2012. RESOLUÇÃO STF Nº 496/2012
	GAE - INATIVO	ART. 16 DA LEI Nº 11.416/2006
	GAE - PROVISÓRIO	ART. 16 DA LEI N° 11.416/2006
0000103		ART. 13 DA LEI Nº 11.416/2006
	GAJ - INATIVO	ART. 13 DA LEI Nº 11.416/2006
	GAJ - INATIVO GAJ - PENSÃO	ART. 13 DA LEI Nº 11.416/2006
	GAJ - PROVISÓRIO	ART. 13 DA LEI Nº 11.416/2006
	GAS - SUBSTITUIÇÃO DEVOLUÇÃO	ART. 17 DA LEI Nº 11.416/2006
	GEAP - CONTRIBUIÇÃO - DEPENDENTE	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
	GEAP - CONTRIBUIÇÃO - TITULAR	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
	GEAP - CONTRIBUIÇÃO - TITULAR GEAP - COPARTICIPAÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
	GECJ COM PREVIDÊNCIA	LEI Nº 13.095/2015. RESOLUÇÃO CSJT Nº 155/2015
	GECJ COM PREVIDENCIA GECJ SEM PREVIDÊNCIA	LEI Nº 13.095/2015. RESOLUÇÃO CSJT Nº 155/2015
	GRAT. CURSO/ CONCURSO	ART. 61 DA LEI 8.112/1990
	GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - PENSÃO	ART. 61 DA LEI 8.112/1990 ART. 61 DA LEI 8.112/1990
	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA - GAS	ART. 17 DA LEI Nº 11.416/2006
	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SEGUIANÇA - GAS GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA - GAE	ART. 16 DA LEI Nº 11.416/2006
	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA - GAL GRATIFICAÇÃO NATALINA	RESOLUÇÃO CSJT Nº 102/2012. RESOLUÇÃO CSJT Nº 153/2015
	GRATIFICAÇÃO NATALINA GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - DEVOLUÇÃO	RESOLUÇÃO CSJT Nº 102/2012. RESOLUÇÃO CSJT Nº 153/2015
	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - FC/CJ - DEVOLUÇÃO	RESOLUÇÃO CSJT N° 102/2012. RESOLUÇÃO CSJT N° 153/2015
	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADIANTAMENTO - PROVISÓRIO	RESOLUÇÃO CSJT Nº 102/2012. RESOLUÇÃO CSJT Nº 153/2015
	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TREINAMENTO	RESOLUÇÃO CSJT N° 102/2012. RESOLUÇÃO CSJT N° 153/2015
	GRATIFICAÇÃO NATALINA - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - INCINAMILINTO	RESOLUÇÃO CSJT N° 102/2012. RESOLUÇÃO CSJT N° 153/2015
	IMPOSTO DE RENDA	DECRETO Nº 9.580/2018
	IMPOSTO DE RENDA - ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS	DECRETO Nº 9.580/2018
	IMPOSTO DE RENDA - GN (13°)	DECRETO Nº 9.580/2018
	IMPOSTO DE RENDA - INATIVO	DECRETO Nº 9.580/2018
	IMPOSTO DE RENDA - PENSÃO	DECRETO Nº 9.580/2018
	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	RESOLUÇÃO CSJT Nº 162/2016
	INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE	RESOLUÇÃO CSJT Nº 11/2005 E ART. 60 DA LEI 8.112/1990
	INDENIZAÇÃO FÉRIAS - INATIVO	RESOLUÇÃO CSJT Nº 162/2016
	INDENIZAÇÃO LICENÇA COMPENSATÓRIA - MAGISTRADO	Resolução CSJT nº 372/2023
	INDENIZAÇÃO RECESSO - ESTAGIÁRIO	LEI N° 7.418/1985. DECRETO N° 2.880/1998
	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA - MAGISTRADO	RESOLUÇÃO CSJT N.º 411
	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA - MAGISTRADO - INATIVO	RESOLUÇÃO CSJT N.º 411
	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA - MAGISTRADO - PROVISÓRIO	RESOLUÇÃO CSJT N.º 411
	PAE - DEC. JUD. RMS STF 25841 - INATIVO	DECISÃO JUDICIAL
	PENHORA E TRANSFERÊNCIA A CONTA JUDICIAL	DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	LEI Nº 11.416/2006. ART. 2º DA LEI Nº 10.887/2004
	PENSÃO - CLASSISTA - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	EC N° 103/2019
	PENSÃO - CLASSISTA - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR	EC N° 103/2019
	PENSÃO - CLASSISTA - EC 41/2003	EC N° 41/2003
	PENSÃO - EC 103/2019 - ART. 23, §2º, INCISO I	Emenda Constitucional nº 103/2019.
	PENSÃO - EC 103/2019 - ART. 23, §2°, INCISO II - 10%	Emenda Constitucional nº 103/2019.
	PENSÃO - EC 103/2019 - ART. 23, §2°, INCISO II - 50%	Emenda Constitucional nº 103/2019.
	PENSÃO - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	EC Nº 103/2019

0000180	PENSÃO - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR	EC Nº 103/2019
	PENSÃO - EC 41/2003	EC N° 41/2003
	PENSÃO - LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA - MAGISTRADO	RESOLUÇÃO CSJT N.º 411
	PENSÃO - PROVENTOS VENCIMENTO	ART. 2º DA LEI Nº 10.887/2004
	PENSÃO - PROVENTOS VENCIMIENTO PENSÃO - REDUTOR - EC 70/2012	EC Nº 70/2012
	PENSÃO - REDUTOR - EC 70/2012 PENSÃO - REDUTOR EC 41/2003	EC N 70/2012 EC Nº 41/2003
	PENSÃO - REDUTOR EC 41/2003 PENSÃO - SUBSÍDIO	ART. 2° DA LEI N° 10.887/2004
	PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE	EC Nº 103/2019
	PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019 - COTA DEPENDENTE PENSÃO - SUBSÍDIO - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR	EC N° 103/2019
	PENSÃO - SUBSIDIO - EC 103/2019 - COTA FAMILIAR PENSÃO - VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - DEC. JUD. TRAN. JUL.	LEI Nº 8.112/1990. DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA	DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - ADIANTAMENTO GN (13°)	DECISÃO JUDICIAL DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - ADIANTAMIENTO GN (13.) PENSÃO ALIMENTÍCIA - FÉRIAS	DECISÃO JUDICIAL DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - FERIAS PENSÃO ALIMENTÍCIA - INATIVO	DECISÃO JUDICIAL DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - INATIVO PENSÃO ALIMENTÍCIA - PENSÃO CIV.	DECISÃO JUDICIAL DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - PENSÃO CIV. PENSÃO ALIMENTÍCIA - S/ SALÁRIO MÍNIMO	DECISÃO JUDICIAL DECISÃO JUDICIAL
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - 5/ SALARIO MINIMO PENSÃO ALIMENTÍCIA - VALOR FIXO	
	PENSÃO ALIMENTÍCIA - VALOR FIXO PENSÃO ALIMENTÍCIA VOLUNTÁRIA	DECISÃO JUDICIAL
	PROVENTOS	DECISÃO JUDICIAL
	PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISÓRIO	LEI Nº 11.416/2006 EC Nº 103/2019
	PROVENTOS - EC 103/2019 - PROVISORIO PROVENTOS - EC 41/2003	
	PROVENTOS - EC 41/2003 PROVENTOS - EC 41/2003 - PROVISÓRIO	EC Nº 41/2003 EC Nº 41/2003
	PROVENTOS - PROVISÓRIO PROVENTOS CLASSISTA - INATIVO	LEI Nº 11.416/2006
	REAJUSTE CLASSISTA - INATIVO	LEI Nº 11.416/2006
		DECISÃO JUDICIAL
	REDUTOR PENSÃO CIVIL - EC 103/19	EC Nº 41/2003
	REPRESENTAÇÃO MAGISTRADO PRESIDENTE RESTITUIÇÃO AO TESOURO	ART. 5° DA RESOLUÇÃO CNJ № 13/2006 ART. 46 DA LEI № 8.112/1990
	RSPP - CAPITALIZAÇÃO SANTANDER - EMPRÉSTIMOS	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
		RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° N° 258/2017
	SERV. EXTRAORDINARIO INDENIZADO SERV. EXTRAORDINARIO INDENIZADO - INATIVO	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 10° N° 258/2017 RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT 16° N° 258/2017
	SERVI, EXTRAORDINÁRIO INDENIZADO - INATIVO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - DOMINGOS E RECESSO	ART. 61 DA LEI 8.112/1990
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - DOMINGOS E RECESSO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - DOMINGOS E RECESSO - JR SELIC	ART. 61 DA LEI 8.112/1990 ART. 61 DA LEI 8.112/1990
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - DOMINGOS E RECESSO - JR SELIC SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SÁBADOS	ART. 61 DA LEI 8.112/1990 ART. 61 DA LEI 8.112/1990
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SÁBADOS SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SÁBADOS - JR SELIC	ART. 61 DA LEI 8.112/1990 ART. 61 DA LEI 8.112/1990
	SINTRAJUFE-MA - CONTRIBUIÇÃO	CONSIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA AUTORIZADA POR CONVÊNIO
	SINTRAJUFE-MA - CONTRIBUIÇÃO SUBSÍDIO - PROVENTOS	LEI Nº 13.752/2018. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.474/2002
	SUBSÍDIO - PROVENTOS SUBSÍDIO - PROVENTOS - PROVISÓRIO	LEI Nº 13.752/2018. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.474/2002
	SUBSÍDIO - PROVENTOS - PROVISORIO SUBSÍDIO MAGISTRADO	LEI Nº 13.752/2018. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.474/2002 LEI Nº 13.752/2018. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.474/2002
	SUBSTITUIÇÃO	ART. 18 DA LEI Nº 11.416/2006
	SUBSTITUIÇÃO - DESEMBARGADOR	RESOLUÇÃO CSJT Nº 244/2019
	SUBSTITUIÇÃO - DESEMBARGADOR SUBSTITUIÇÃO - MAGISTRADO	RESOLUÇÃO CSJT N° 244/2019 RESOLUÇÃO CSJT N° 244/2019
	VANTAGEM - LEI 8.112/90, Art. 192, I - LEI 8.112/90, Art. 192, II - INATIVO	ART. 192 DA LEI N° 8.112/1990
	VENCIMENTO	LEI Nº 8.112/1990
	VPNI (QUINTOS/ DÉCIMOS) - PROVISÓRIO LEI 9.624/98	LEI N° 8.112/1990
	VPNI (QUINTOS/ DECIMOS) - PROVISORIO LEI 9.024/98 VPNI (QUINTOS/ DÉCIMOS)- INATIVO - LEI 9.624/98	LEI Nº 8.112/1990
	VPNI (QUINTOS/DECIMOS)- INATTVO - LET 9.024/96 VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - DEC. JUD.	LEI Nº 8.112/1990. DECISÃO JUDICIAL
004003T	VENI (QUINTOS/DECINOS) - DEC. JUD.	ILLIN 0.112/1990. DEGISAO JUDIGIAL

0045111 VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - INATIVO - DEC. JUD.	LEI № 8.112/1990. DECISÃO JUDICIAL
0000051 VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - LEI 9.624/98	LEI Nº 8.112/1990
0009041 VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - PENSÃO CIV - LEI 9.624/98	LEI N° 8.112/1990
0045116 VPNI (QUINTOS/DÉCIMOS) - PROVISÓRIO - DEC. JUD.	LEI Nº 8.112/1990. DECISÃO JUDICIAL